

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AOS PROJETOS DE LEI 6666 E 6673(ANEXADO), DE 2006.

PROJETO DE LEI Nº 6673, DE 2006

Dispõe sobre a movimentação, estocagem e comercialização de gás natural, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei 6673, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º A atividade de transporte de gás natural será exercida por sociedade ou consórcio, cuja constituição seja regida pelas leis brasileiras, com sede e administração no país, por conta e risco do empreendedor, mediante os regimes de:

- I - concessão, precedida de licitação; ou
- II – autorização na forma do § 2º.

§ 1º. Os concessionários ou autorizados da atividade de transporte de que trata o caput somente poderão explorar as atividades de operar e construir seus dutos, terminais marítimos e embarcações para transporte de petróleo, seus derivados e gás natural e estocagem de gás natural, mediante a constituição de sociedade de propósito específico.

§ 2º. Aplica-se o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com as alterações decorrentes desta lei, às instalações de transporte de gás natural já autorizadas e àquelas cujo processo de autorização encontra-se tramitando no Poder Executivo para enquadramento no inciso I, artigo 13, da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, inclusive em fase de licenciamento ambiental ou análise da ANP, visando o exercício da atividade de Transportador, na data de publicação desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa, em primeiro lugar, corrigir a equivocada referência feita no parágrafo único, art. 1º, do PL, ao art. 65 da Lei nº 9.478, de 1997, cuja aplicação é restrita à Petrobrás. Se o que se pretende é estender aos demais agentes econômicos a disposição contida no referido art. 65, deve-se reproduzi-la na nova lei, sem fazer remissão a dispositivo cuja aplicação é restrita à Petrobrás.

Em segundo lugar visa disciplinar a forma mediante a qual a “autorização” continuará a se aplicar à atividade de transporte, desde que o presente PL busca, como regra geral, substituir a autorização pela concessão. Trata-se de questão de direito intertemporal, fundamental para a convivência dos dois institutos jurídicos de concessão e autorização.

Para introduzir essas duas modificações é que se propõe transformar o parágrafo único do PL em § 1º, além de se introduzir o § 2º.

Brasília, 26 de abril de 2006

DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR